

Tensão na Área Xucuru-Kariri

O início dos trabalhos de identificação da área indígena Xucuru-Kariri foi o estopim para reacender o racismo da cidade de Palmeira dos Índios, segundo maior município do estado de Alagoas. Embora o procedimento tenha sido paralisado por falta de verba, a propaganda antiindígena continua com todo o fôlego. Até agora, os índios conseguiram vencer todas as batalhas judiciais. O levantamento antropológico da Funai concluiu que a extensão da terra indígena equivale a 13.020 hectares, que engloba a cidade de Palmeira dos Índios.

Desde que a Funai iniciou o procedimento de demarcação da área indígena, o racismo e o preconceito cresceram. Pelas rádios e jornais do Estado, os fazendeiros aterrorizam a população com a idéia de que os índios vão tomar a cidade e saquear as casas. Os adversários à demarcação da terra já conseguiram dividir a comunidade e assassinar diversas lideranças.

Em nenhum momento, porém, os fazendeiros haviam conseguido o apoio da Funai, como aconteceu agora. Em 30 de janeiro, o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, foi à cidade de Palmeira dos Índios para orientar aos fazendeiros e políticos a usar o contraditório previsto no Decreto 1.775/96.

Apreensivos, os Xucuru-Kariri se reuniram em assembléia e redigiram uma carta em que alertam sobre o clima de violência, solicitam solidariedade e a conclusão do processo de demarcação. A seguir a íntegra do documento enviado às instituições do governo e à sociedade civil.

Foto: Francisca P. Montejo.



Índios querem que a Funai conclua demarcação

CARTA ABERTA

Nós lideranças indígenas do Povo Xucuru-Kariri, localizados no município de Palmeira dos Índios-AL, nos dirigimos aos poderes constituídos e à sociedade em geral para contar a história do nosso povo, cobrar empenho dos poderes públicos responsáveis e apoio da sociedade para que a demarcação da nossa terra seja concluída.

Nosso povo vive nessa terra antes mesmo de Pedro Álvares Cabral "descobrir" o Brasil. Entretanto, em 1822, o Governo da Província por força de uma ação judicial foi obrigada a demarcá-la com uma extensão de 01(uma) légua quadrada; tal demarcação foi concluída no mesmo ano e confirmada em 1861. Contudo, tal providência não resultou na devolução das terras dos Xucuru-Kariri, seus legítimos donos. Nela foi fundada a cidade de Palmeira dos Índios, atualmente a terceira maior do Estado; e, na medida em que esta foi crescendo, nosso povo foi sendo expulso para cada vez mais longe do centro do seu território.

Em 1952, um pouco mais de um século de luta e sofrimento, o extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio) comprou um pedaço de terra de 372 hectares, hoje denominada Fazenda Canto, e lá passaram a viver as famílias Xucuru-Kariri, que até então encontravam-se na periferia da cidade de Palmeira dos Índios. Atualmente essa aldeia tem uma população aproximada de 900 índios.

Em 1979, reconquistamos outro pedaço de terra, com área de 117 hectares denominada Mata da Cafuma que, juntamente com a terra Igreja Velha, reconquistada em 1986, também através de uma ação judicial, formam hoje a Aldeia da Mata da Cafuma, com população aproximada de 300 índios, somando aproximadamente 1.200 índios aldeados, em área descontínua de 659 hectares.

Dando sequência à luta pela recuperação do nosso território, passando fome, sofrendo perseguições de políticos, fazendeiros, ameaças de morte e enfrentando sobretudo o descaso do Governo Federal, conseguimos com que, em 1995, a Funai, através da Portaria nº 0553, iniciasse de forma tímida estudos preliminares para a posterior identificação e delimitação (primeiros passos para a regularização de territórios indígenas) da terra indígena Xucuru-Kariri.

Amparada pela Constituição Federal do Brasil, artigo 231, a Funai instituiu, em julho de 1997, com a Portaria nº 689, um novo grupo de trabalho para, desta vez, identificar e delimitar a nossa terra. Os trabalhos começaram em agosto e estavam indo razoavelmente bem até o momento em que teve início o levantamento fundiário dos não-índios que encontravam-se dentro da área tradicional Xucuru-Kariri.

A postura assumida pelo poder político e econômico da região está nos deixando extremamente preocupados com a nos-

sa integridade física e moral. Esta elite está articulada e articulando todos os trabalhadores rurais, com campanha difamatória contra nós, veiculando informações incorretas nas rádios locais e nas suas manifestações públicas, promovendo, assim, um clima de tensão muito grande entre índios e não-índios.

Nos preocupa muito a situação dos pequenos posseiros da região, pois entendemos que, para estes, terra é elemento de sobrevivência, de garantir o pão de cada dia. No entanto, para as elites, terra é só mais um meio de enriquecer, e acumular bens à custa da exploração dos trabalhadores (índios e não-índios). Portanto, diante dessa nossa preocupação, vimos solicitar apoio da sociedade e cobrar dos poderes públicos gestões no sentido de que a Constituição Federal, nos seus artigos 231 e 232, seja de fato posta em prática, isto é, que nossa terra seja totalmente regularizada e seus ocupantes não-índios indenizados e reassentados como determina a legislação brasileira.

Nós Xucuru-Kariri não queremos nem mais nem menos do que a lei determina, e lutaremos sempre para que ela seja cumprida. Queremos continuar acreditando que neste mundo e, mais especificamente, que neste país ainda há pessoas honradas e comprometidas com a verdade e com a Justiça.